

VI COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMF
DO SUL, Blumenau, SC, 15 a 17 de novembro de 2006.

**Fontes de Financiamento nas Instituições de Ensino Superior de Caráter Confessional
do Estado do Rio Grande do Sul**

**Domingo Cericato
Pedro Antonio de Melo
Alexandre Marino Costa**

RESUMO

O Financiamento em Instituições de Ensino Superior – IES tem sido um dos temas de estudo de interesse para a gestão universitária. A análise das principais fontes de financiamento em IES de caráter confessional, localizadas no estado do Rio Grande do Sul, é o objeto deste estudo. Para tanto se faz uma contextualização do ensino superior frente às mudanças impostas pelo processo de globalização e de internacionalização dos mercados e seus reflexos no custo do ensino superior. São abordados aspectos do papel histórico desempenhado pelas universidades no desenvolvimento da sociedade bem como a tipificação das universidades brasileiras. Na questão do financiamento, identificam-se algumas das principais fontes de financiamento disponíveis. Os objetivos traçados para o desenvolvimento deste trabalho foram os de caracterizar as Universidades privadas de caráter confessional em estudo, quanto aos cursos oferecidos, número de alunos, número de professores e funcionários, descrever o processo de planejamento orçamentário, identificar as principais fontes de recursos e comparar as práticas de financiamento utilizadas. Os dados foram coletados por meio de questionário estruturado com perguntas abertas e fechadas, e analisados de forma qualitativa e quantitativa. A pesquisa é exploratória com método quantitativo de levantamento de dados. Os resultados são que a principal fonte é proveniente das mensalidades pagas pelos alunos, que há uma dependência cada vez maior destas receitas e que as mensalidades vêm sendo reajustadas em índices superiores aos do Índice de Preços ao Consumidos - IPC. Aponta-se para a necessidade de identificar e implementar novas formas de financiamento para o ensino superior, bem como a necessidade de uma melhor integração da Universidade com o mercado.

Palavras-chave: Financiamento do Ensino Superior. Instituições de Ensino Superior. Diretrizes Orçamentárias.

1 INTRODUÇÃO

No contexto atual onde praticamente desapareceram as fronteiras físicas, os negócios se internacionalizaram e as mudanças nos padrões organizacionais tornaram-se mais rápidas, a capacidade de adaptação e inovação, passam a ser condições fundamentais para que as organizações possam acompanhar o ritmo de mudanças com a mesma velocidade imposta e exigida por uma nova sociedade inserida num contexto mundial altamente competitivo.

O fenômeno da globalização, segundo Costa, Melo e Cericato (2005), vem transformando o mundo dos negócios, provocando mudanças no ambiente organizacional, onde o mercado e a competitividade exigem das organizações resultados mais eficazes, exigindo o repensar de

práticas administrativas. As transformações ocorridas nas organizações e na sociedade desde o século passado ensejam que o terceiro milênio se caracteriza como um ambiente propício à inovação, à criatividade.

Tachizawa, Cruz Junior e Rocha (2003) prevêm para os próximos anos o surgimento de um novo ambiente competitivo global onde as barreiras de acesso a mercados antes monopolizados, cartelizados e protegidos estão caindo rapidamente e a sociedade caminha em direção a um livre comércio global, baseado principalmente na tecnologia de telecomunicações e na tecnologia da informação.

Esta nova realidade, na visão dos autores, acarretará significativas mudanças para as organizações decorrentes, principalmente, de mudanças no regime de trabalho, ampliação virtual das empresas, surgimento de novos mercados, novos padrões de consumo, novos produtos financeiros e, sobretudo, um crescimento cada vez maior de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Segundo Amaral (1999) os movimentos transformadores andam pari-passo com os movimentos impostos pela sociedade. Diz ainda que, assim como a sociedade cria novos valores, alternando seu *modus vivendi*, também as suas necessidades de consumo se aperfeiçoam, tornando as pessoas mais exigentes para com os bens, produtos e serviços que suprem os seus desejos. O mercado responde com a sua adequação aos tempos, reestruturando-se de forma a corresponder aos anseios da sociedade.

Luz, Melo e Angelo (2005) afirmam que nas últimas décadas, as exigências impostas pela economia de mercado refletiram intensamente na educação em todos os níveis. Para os autores o modelo de sociedade baseado no conhecimento implica investimentos vultosos em educação superior de massa e de qualidade para suprir as demandas requeridas por um mercado fundamentado pela alta tecnologia, pela crescente robotização das fábricas e de processos informatizados, em escalas nem sempre possíveis de serem atendidas pelo atual sistema educacional.

1.1 TEMA PROBLEMA

As Instituições de Ensino Superior - IES, também são afetadas, isto é, participam deste processo de transformação, ainda que sem a mesma rapidez de outras instituições. Este processo de transformações globais está exigindo uma nova postura das organizações universitárias, ou seja, uma forma diferente de administrar os seus recursos financeiros. Para tanto, é necessário que seus administradores desenvolvam atitudes novas, buscando novas estratégias e novas fontes de financiamento, que dêem sustentação as IES, frente aos novos ventos da mudança (COLOSSI, 2002).

De acordo com Lobo (2004) a questão do financiamento do ensino superior, talvez seja o maior e principal problema do setor privado, que vive de mensalidades, depende de alunos com condições de pagá-las e que não pode conviver, com uma inadimplência contumaz.

Segundo Schwartzman (2004) a experiência internacional mostra – e o caso brasileiro não se constitui numa exceção – que dificilmente uma universidade que tenha padrão de qualidade na graduação, pesquisa, pós-graduação “*stricto-sensu*” e extensão pode se custear, apenas, com a cobrança de mensalidades.

Por estes e outros motivos não menos importantes, as IES vivem a muitos anos num intenso debate em torno de temas como a carreira docente e sua remuneração, o seu papel no sistema de ensino superior do País e as formas de financiamento. É neste último ponto que se pretende refletir com maior ênfase, identificando suas características e situação dessas instituições na atualidade.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo são caracterizadas a tipologia das instituições de ensino superior e abordam-se aspectos referentes à relação das instituições de ensino superior com a sociedade, do financiamento do ensino superior, das fontes alternativas de financiamento e, por fim, são definidos os conceitos de planejamento e orçamento.

2.1 INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Uma instituição de ensino superior, segundo Luck (1996) pode ser definida como um organismo social vivo, cujo desempenho se constitui num processo dinâmico e complexo, dependente de múltiplos fatores sociais, políticos e culturais, em interação com seus elementos estruturais e conjunturais.

A Lei nº 9394, de 20/12/1996 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, classifica as instituições de ensino nas seguintes categorias:

- I - públicas, assim entendidas as criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público;
- II - privadas, assim entendidas as mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado (LDB, 1996 art.19).

A mesma Lei determina que as instituições privadas de ensino superior se enquadrarão nas seguintes categorias:

- I - Particulares em sentido estrito, assim entendidas as que são instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado que não apresentem as características dos incisos abaixo;
- II - Comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;
- III - Confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a uma orientação confessional e ideologia específicas e ao disposto no inciso anterior;
- IV - filantrópicas, na forma da lei (LDB, 1996, art. 20).

As instituições públicas estatais são mantidas e inteiramente financiadas pelo governo federal ou estadual e apresentam como principal característica a sua gratuidade. Nestas instituições, a administração contábil e financeira segue normas padronizadas uma vez que seus recursos são provenientes do orçamento público. Os exemplos clássicos são as universidades federais e estaduais (SAURIN, 2004).

As instituições públicas comunitárias são organizações sem fins lucrativos, e geralmente estão vinculadas a um governo municipal ou a uma fundação. Os alunos pagam pelos cursos, embora possam receber bolsa de estudos e outros auxílios.

Estas organizações geralmente não precisam seguir normas padronizadas de administração contábil e financeira e têm autonomia no processo operacional e no processo decisório. Os exemplos clássicos são as universidades mantidas por uma fundação pública ou privada (SAURIN, 2004).

As instituições privadas confessionais são ligadas a uma ordem religiosa e têm as características de organizações sem fins lucrativos. Estas instituições cobram taxas dos alunos e pelos serviços prestados, embora possam ter alguma subvenção do orçamento público. Essas organizações têm autonomia no processo contábil, financeiro e decisório. Os exemplos clássicos são a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) (SAURIN, 2004).

Os dados do Censo de Ensino Superior de 2004 mostram que o setor privado é, hoje, responsável por 71,7 % das matrículas no ensino brasileiro de terceiro grau. Este fato, de per

si já seria suficiente para ressaltar a importância estratégica deste segmento para a formação dos profissionais brasileiros de nível superior.

No entanto, segundo Lobo (2004) boa parte da sociedade e dos formadores de opinião mantém, ainda que de forma nem sempre explícita, a visão de que o ensino deveria ser de total responsabilidade do Estado, isto é, essencialmente público e gratuito em todos os níveis.

O ensino particular, segundo esta visão, deveria ser minoritário e complementar, tolerável dentro destes limites, mas nunca uma contribuição importante, no presente ou no futuro, para a organização do sistema brasileiro de ensino superior brasileiro.

A política de ensino superior atualmente em vigor, ao mesmo tempo em que pretende aumentar o número de estudantes de terceiro grau, deseja ampliar a qualidade dos cursos e das instituições como um todo, objetivos que são, normalmente, contraditórios.

Para resolver esta difícil equação, a LDB propôs a diversificação do ensino superior, estimulando as instituições a buscarem suas próprias missões, com mais flexibilidade e com custos menores, em média, adequando o conceito de qualidade à missão proposta, desde que esta seja compatível com os propósitos maiores da educação (LOBO, 2004).

2.1.1 Relações da Universidade com a Sociedade

A Universidade é uma instituição milenar que ao longo da história tem se mostrado como uma organização gestora do conhecimento e da cultura universal, podendo ser considerada como uma conquista da civilização, que se consolidou e ganhou legitimidade como instituição por mostrar-se capaz de transmitir e produzir novos conhecimentos (NOVO, 2004).

Historicamente, de acordo com Melo (2002) as universidades tiveram um papel importantíssimo no desenvolvimento e aperfeiçoamento das grandes invenções, geraram ciência e tecnologia que se puseram a serviço da sociedade e conseqüentemente foram responsáveis por mudanças no comportamento do ser humano em sociedade. No entanto, ao longo da história, as instituições de ensino superior têm se mostrado refratárias às pressões externas e resistem a transformações radicais que as façam sofrer mudanças bruscas. Entretanto, as funções exigidas pela sociedade com relação às universidades vêm sendo alteradas ao longo do tempo, e sempre no sentido de sua expansão (AMARAL, 2003).

Na visão de Moraes (2001) muitos são os fatores do ambiente que geram impactos nas organizações universitárias retirando cada vez mais do seu dia-a-dia a crença pela certeza. Além de todas as forças que comumente afetam as demais organizações, as universidades passam por dificuldades decorrentes da inércia da própria instituição, da expansão do ensino superior e da intervenção normativa do governo, tanto na sua organização quanto em seu funcionamento.

Para Rossato (1998) a Universidade desempenha um papel social muito relevante e assim como a sociedade muda, também se transforma e muda e vai adquirindo novas formas e funções, sendo que, segundo o autor, esta capacidade de adaptação e mudança é uma das principais causas de sua sobrevivência ao longo do tempo.

Embora seja um procedimento comum em outros países, principalmente nos mais desenvolvidos, a integração universidade-empresa ainda não é uma prática corriqueira em nossa cultura acadêmica.

Diversos fatores contribuem para gerar preconceitos e desconfiança mútua entre ambas. As diferenças entre os dois segmentos envolvem sérios conflitos de objetivos, constituindo-se em barreiras que dificultam a transferência dos recursos privados tão necessários à manutenção das universidades na atual conjuntura (SILVEIRA, 2005).

O conhecimento universal, sobretudo nas áreas científica e tecnológica, especialmente nos últimos 20 anos, tem gerado mais conhecimento do que os períodos que marcaram o restante

da história da humanidade. Assim, a adaptação às mudanças exigidas pelo mercado enseja, certamente, uma reflexão profunda, tendo em vista a perenidade dessas instituições ao longo dos séculos e os modismos circunstanciais e efêmeros.

Portanto, independentemente da diversidade dos objetivos específicos da academia e da empresa, estas não devem impedir sua aproximação. Ao contrário, é preciso identificar os pontos convergentes, a fim de se estabelecer um campo de ação comum entre os dois setores. É inegável que o processo de cooperação entre a universidade e o segmento empresarial, traz uma série de benefícios econômicos e sociais não apenas para as partes envolvidas, mas para todo o país.

Pelo lado da universidade, ajuda a formar estudantes e professores melhores, pois permite maior interação com a sociedade, ao mesmo tempo em que é impulsionada a realizar novas pesquisas e disponibilizar os conhecimentos a indústria para que essa possa desenvolver e inovar tecnologias; Para o setor produtivo, é uma oportunidade de quebrar os tabus cultivados pelo distanciamento ideológico e, sobretudo, perceber a universidade como uma companheira capaz de minimizar as distâncias tecnológicas entre empresas brasileiras e estrangeiras, fortalecer a competitividade beneficiando diretamente a sociedade e permitindo ao país inserir-se no mercado internacional; Por sua vez para o Estado a cooperação representa uma ferramenta poderosa para o desenvolvimento local, pois ao mesmo tempo em que serve para gerar novos conhecimentos contribui sobremaneira na conquista da soberania nacional, permitindo ao país economia de divisas na substituição de produtos importados, além de contribuir na geração de novos empregos e no aumento da arrecadação de impostos (MELO 2002).

2.1.2 O Financiamento do Ensino Superior

A Constituição Federal - CF de 1988 assegurou no seu Capítulo III, da educação, cultura e desporto, no artigo 205 que, “a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. No artigo 211, do mesmo Capítulo, §1º assegura que “a União organizará e financiará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, e prestará assistência técnica e financeira aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e atendimento prioritário à escolaridade obrigatória”. No artigo 212 ficou estabelecido que, “a União aplicará anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino”. (CF, 1988, p. 137-140).

A LDB reafirma em seu artigo 54 que, “as universidades mantidas pelo poder Público gozarão, na forma da lei de estatuto jurídico especial para atender às peculiaridades de sua estrutura, organização e financiamento pelo poder público, assim como dos seus planos de carreira e do regime jurídico do seu pessoal”. E, no artigo 55 fica assegurado que “Caberá à União assegurar, anualmente, em seu Orçamento Geral, recursos suficientes para a manutenção e desenvolvimento das instituições de educação superior por ela mantidas” (LDB, 1996).

Numa primeira visão, tem-se a impressão que os recursos destinados à educação são significativos, entretanto, quando se faz uma análise comparativa com outros países, na mesma área, percebe-se que ainda há muito que fazer. Dados da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) (1998) e Banco Mundial (1999), de acordo com Ristoff (1999) demonstram que o campeão em investimento nessa área é a Suécia. Esse país investe cerca de 2.200 dólares/habitante, seguida pela Suíça, com aplicações

da ordem de 2.100 dólares/habitante/ano. Para não ficar apenas nos extremos, cita o caso dos EUA, Canadá, Japão Austrália, França, Alemanha, entre outros, com investimento em torno de 1.500 dólares/habitante/ano. Na ponta extrema encontram-se países como Argentina, Brasil e México, aplicando cerca de 200 dólares/habitante/ano.

Bruneforth, Motivans e Zhang (2004) em um estudo sobre 16 países de economia emergente, patrocinado pela UNESCO e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), chegam à conclusão de que nas duas últimas décadas os investimentos em capital humano podem ter contribuído com 0,5% para a taxa de crescimento anual desses países.

O relatório confirma que a educação não só aumenta a riqueza nacional como traz vantagens para os indivíduos, o que naturalmente não surpreende. As pessoas que têm mais tempo de estudo se dão muito melhor no mercado de trabalho: são maiores as suas possibilidades de conseguir e manter um emprego, e quanto mais títulos têm, mais ganham. Na

Indonésia, por exemplo, os homens que chegaram ao nível terciário ganham em média 82% mais do que aqueles que só têm um diploma secundário. No Paraguai, essa diferença chega a 300%.

O financiamento institucional brasileiro reúne as organizações estatais ou paraestatais que atuam no apoio a expansão e modernização de infra-estrutura e no fomento a pesquisa. Entre as principais fontes institucionais estão o BNDES e a Finep.

O BNDES, por meio de seu Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior, possibilita as IES obterem financiamento para projetos de investimento que visem à ampliação e modernização das instalações e equipamentos das universidades.

Já a Financiadora de Estudos e Projetos – Finep é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia e atua principalmente com ênfase voltada para projetos de inovação tecnológica capazes de conferir maior competitividade aos diversos setores econômicos do país.

Outros organismos de fomento a pesquisa, tais como CNPq, Capes, Fapesp, Faperj tem sua atuação voltada ao fomento à pesquisa e na formação de recursos humanos voltados para as atividades de ciência e tecnologia. Sua atuação tem se dado, principalmente, por meio de bolsas de estudo destinadas aos pesquisadores, nos programas de mestrado e doutorado, com o objetivo de promover e fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

2.1.3 Fontes Alternativas de Financiamento

A busca de alternativas para o financiamento da educação superior, passa a ser de fundamental importância, especialmente para as instituições privadas, que necessitam conciliar a tarefa de oferecer um ensino de qualidade a um custo que possa ser suportado pelas famílias brasileiras. A propósito, esta necessidade já vinha sendo apontada por Vahl (1980) em estudo sobre o financiamento do ensino superior no Brasil, que mostrava a necessidade das IES buscarem novas fontes alternativas de financiamento.

As possíveis fontes de financiamento para o ensino superior, segundo Vahl (1992) podem ser classificadas de acordo com a origem dos recursos: recursos públicos, recursos privados públicos e privados combinados e recursos especiais.

Os recursos públicos são uma fonte tradicional de financiamento da educação superior que vem sofrendo sérias restrições. Sendo, segundo Vahl (1992) existentes três formas dos recursos públicos chegarem às instituições de ensino superior:

A primeira é a contribuição direta para as IES, com o objetivo de cobrir parte de seus gastos, representando então uma parcela do orçamento nacional global. A segunda forma seria pelo financiamento para programas específicos, com a destinação de determinados impostos para

tal fim. Uma última forma de materializar aportes de recursos públicos para as IES seriam os programas de assistência direta aos estudantes, como bolsas de estudo, auxílio habitação, auxílio alimentação, livros e material didático.

Dentre as diferentes formas para o financiamento da educação superior, provenientes de recursos privados, podemos destacar:

- a) Cobrança de Matrículas e Anuidades – Os próprios estudantes pagam de acordo com as disciplinas que irão cursar.
- b) Venda de Serviços – Prestação de serviços que possibilita a geração de recursos para a IES e contribui para o desenvolvimento acadêmico.
- c) Financiamento Estudantil – O Programa de Financiamento Estudantil - FIES é destinado a financiar a graduação no Ensino Superior de estudantes que não tem condições de arcar com os custos de sua formação e estejam regularmente matriculados em instituições não gratuitas, cadastradas no Programa e que possuam avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Este Programa financia até 70% do valor da semestralidade escolar, sendo permitido ao estudante reduzi-lo, passando o novo percentual a ser considerado o máximo financiável nos semestres seguintes.
- d) ProUni – Programa Universidade para Todos – Criado pelo Governo Federal em 2004, e institucionalizado pela Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tem por objetivo possibilitar o acesso de jovens de baixa renda à educação superior. Sua finalidade é a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais, a estudantes de cursos de graduação e seqüenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida, isenção dos seguintes tributos àquelas que aderirem ao Programa:
 - Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.
 - Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).
 - Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social (Cofins).
 - Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS).

e) Entidades Privadas - Para Sabbag (2003) são nas entidades privadas, que reside uma das melhores oportunidades para as IES atualmente. Este conjunto é formado de Fundos de Pensão e de Investimentos, que têm por objetivo a remuneração de seu capital. No mercado financeiro soluções muito criativas têm surgido nos últimos anos para implementar estratégias mais adequadas ao perfil e as necessidades de cada instituição, e que podem representar excelentes oportunidades para a IES. Dentre outras, Sabbag (2003) aponta duas que são: os fundos imobiliários e a securitização de recebíveis.

Os fundos imobiliários foram amplamente utilizados pelos bancos, para se desmobilizarem sem interromper suas operações. Os ativos imobilizados, como os prédios da instituição, são vendidos a um fundo de investimento, que os realoca a instituição; Já a securitização de recebíveis é uma alternativa basicamente de compra a vista, mediante um desconto, dos fluxos futuros de receitas da instituição.

Os principais compositores dos aportes especiais são as isenções tributárias, as doações, a cooperação internacional, os rendimentos do mercado financeiro e as parcerias com o segmento empresarial:

- a) Isenções – isenções tributárias que em alguns países podem ser deduzidas do imposto de renda até certo limite.
- b) Doações – Uma importante fonte de receitas das Universidades dos países desenvolvidos são os patrocínios e as doações de ex-alunos, as quais representam uma parcela substancial de recursos para as universidades (no caso da *Stanford University*, dos Estados Unidos esta parcela representa aproximadamente 37 % de suas receitas). No Brasil, estas práticas ainda se

constituem de fatos raros e necessitam ser mais bem exploradas pelos gestores das IES, quer seja na busca de patrocínios para as suas ações, bem como na melhoria do relacionamento com os ex-alunos, que via de regra, tem o seu vínculo com a instituição rompido no dia da formatura. É uma questão cultural, sem expectativas de mudança a curto prazo.

- c) Cooperação Internacional – essa cooperação de acordo com François apud Vahl (1992) se manifesta de duas formas, por meio de envio de recursos financeiros ou pelo envio de pessoal docente, técnicos e especialistas.
- d) Mercado Financeiro – Trata-se de aplicar no mercado financeiro os excedentes de curto e médio prazo que se produzem visando obter rendimentos que se transformam em novos ingressos para a instituição.
- e) Parcerias com o segmento empresarial - Melo (2002) afirma que as universidades brasileiras não terão outro caminho senão o de incrementar cada vez mais a cooperação com o com o segmento empresarial, buscando encontrar mecanismos facilitadores que viabilizem uma cooperação que resulte em benefícios tanto para as instituições de ensino superior quanto para as empresas e para a sociedade em geral. Estas parcerias poderiam propiciar as IES privadas, a possibilidade de maiores recursos investidos, principalmente em pesquisa, que no futuro, poderiam resultar em fonte de recursos para as mesmas, por meio da cobrança de *royalties*, sobre os resultados alcançados. No entanto, o autor alerta para a atenção que deve ser dedicada aos aspectos legais e sociais desta parceria, principalmente por envolver questões muito sérias, como a propriedade intelectual e missão da universidade.

Outras opções, tais como a implantação de parques tecnológicos, de incubadoras de base tecnológica e empresarial, de centros de pesquisas, seriam apenas algumas das múltiplas opções que poderiam vir a ser financiadas pela iniciativa privada, desde que haja uma boa cooperação e integração entre as instituições de ensino e a sociedade.

Portanto, segundo Sabbag (2003) alternativas de financiamento existem e não são poucas, dando oportunidades para todas as entidades. O primordial é que as instituições de ensino superior estejam bem assessoradas para poder resolver seus problemas de recursos da forma mais adequada ao seu perfil e às suas possibilidades, explorando com sua assessoria o leque de opções e sua relação custo-benefício, para não se frustrar no processo, nem deixar de investir e crescer por falta de alternativas.

2.1.4 Planejamento e Orçamento

Segundo Zílio (2004) a universidade move-se num ambiente turbulento e dinâmico, tornando-se imprescindível a elaboração de um sólido planejamento visando a sua sobrevivência.

Conforme Gitman (2002) o planejamento representa a parte essencial da estratégia financeira de qualquer empresa. Segundo o autor os instrumentos de planejamento representados pelos demonstrativos projetados e pelos orçamentos de caixa propiciam um mapa para conduzir as empresas na direção de seus objetivos.

Para Rocha (1985) o planejamento é a função administrativa capaz de determinar antecipadamente o que deverá ser feito sendo importante fixarem-se os fatores “tempo” e “recursos” para que o planejamento se realize antes de iniciar a ação propriamente dita.

De acordo com Lunkes (2003) o planejamento pode ser dividido em três tipos distintos: planejamento estratégico, tático e operacional.

O planejamento estratégico é elaborado para um período longo de tempo, normalmente de cinco ou mais anos. Serve para os gestores indicarem a direção e o curso que a empresa tomará nos próximos anos, bem como traçar as estratégias para alcançar os objetivos

estabelecidos. Representa o instrumento através do qual cenários futuros são antecipados e oportunidades e ameaças são identificadas (LUNKES, 2003).

O planejamento tático proporciona aos gestores objetivos quantitativos mensuráveis, que deverão ser alcançados pela empresa. O produto obtido é um conjunto de diretrizes estratégicas que se destina a escolher os meios pelos quais se tentará atingir os objetivos especificados (LUNKES, 2003).

O planejamento operacional tem por função indicar como devem ser administradas as operações do dia-a-dia por meio de planos detalhados para as operações, acompanhadas da previsão de seus reflexos financeiros. Os resultados mais importantes incluem inúmeros orçamentos operacionais, o orçamento de caixa e demonstrações financeiras projetadas (LUNKES, 2003; GITMAN, 2002).

O orçamento econômico considera as receitas pela sua geração, independentemente do seu recebimento e as despesas são apropriadas no período em que são incorridas, independentemente de seu pagamento (AMARAL, 1999).

Iudícibus (1995), afirma que o orçamento econômico norteia-se pelo regime de competência e que esta forma de apropriação das despesas e receitas evidencia o resultado da empresa de forma mais adequada e completa. Segundo o autor, na apuração do superávit a despesa total incorrida, mesmo que não paga, será diminuída da receita total gerada no período em questão, ainda que não seja recebida.

Já no orçamento financeiro as receitas são contabilizadas no momento do seu recebimento e as despesas são apropriadas por ocasião do seu pagamento.

3 MÉTODO

A presente pesquisa caracteriza-se como uma pesquisa exploratória que de acordo com Gil (1996) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo mais explícito.

Segundo a abordagem do problema caracteriza-se como uma pesquisa com métodos quantitativos de levantamento de dados.

Goldenberg (2000) afirma que, para muitos cientistas sociais, os métodos quantitativos simplificam a vida social, limitando-a aos fenômenos que podem ser enumerados, sacrificando a sua real compreensão em favor do rigor matemático.

A estatística é descritiva por meio de gráficos, tabelas e figuras, revelando o encontrado e houve a utilização de pesquisa documental de forma complementar.

Trata-se de um estudo transversal em termos de corte temporal, ou seja, no momento presente da coleta de dados.

Segundo Vergara (1998) todo método de pesquisa apresenta possibilidades e limitações. Sendo assim torna-se importante antecipar as potenciais críticas do leitor do trabalho, expondo as limitações que o estudo pode apresentar.

Por se tratar de pesquisa baseada em uma amostra de conveniência, onde se busca entender o funcionamento de um fenômeno e explicá-lo confrontando-o com a teoria, uma das dificuldades está em se determinar pontos em comum com o fenômeno observado em uma determinada região e explorá-lo para outras regiões do Estado e até mesmo do País. Portanto, o estudo deve ser conduzido de forma que os resultados encontrados tenham algo em comum com a realidade das IES de todo o País. Contudo, será limitado ao caso específico das IES de caráter confessional do estado do Rio Grande do Sul, sem generalizar a todo o sistema.

Como fator limitante da presente pesquisa apresenta-se, também o fato de que duas instituições pertencentes à população-alvo não responderam ao questionário enviado, e nos contatos com o pesquisador não demonstraram interesse em participar do estudo, tendo sido excluídas das análises realizadas.

4 RESULTADOS

Neste capítulo apresenta-se os dados das instituições analisadas, que correspondem a 50 % da população-alvo:

4.2.1 Número de Cursos Oferecidos

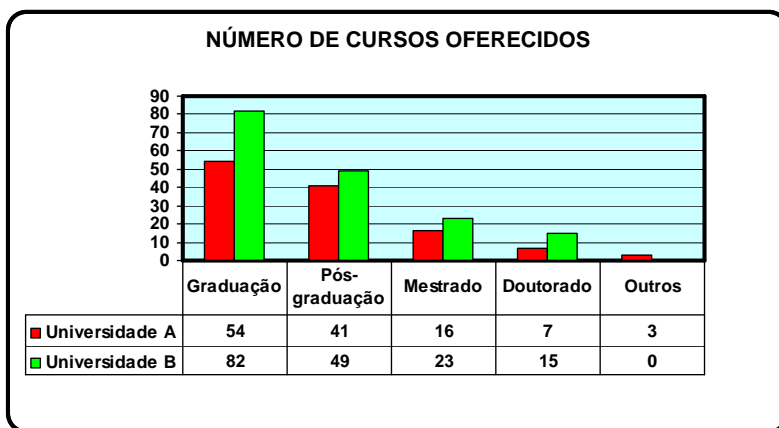


Gráfico 1 : Número de Cursos Oferecidos
Fonte : O autor

Observa-se que os cursos de graduação representam a maioria dos cursos oferecidos, atingindo o índice de 80,6 % do total dos cursos oferecidos na Universidade “A” e 48,5% na Universidade “B”, sendo seguidos pelos cursos de Pós-graduação que representam 33,88% na Universidade “A” e 28,99% na Universidade “B”.

Os cursos de Mestrado atingem o percentual de 13,22% na Universidade “A” e de 13,61% na Universidade “B” e os de doutorado 5,79 % e 8,88 % respectivamente. A Universidade “A” possui, ainda, 2,48 % de outros cursos.

4.2.2 Número de alunos

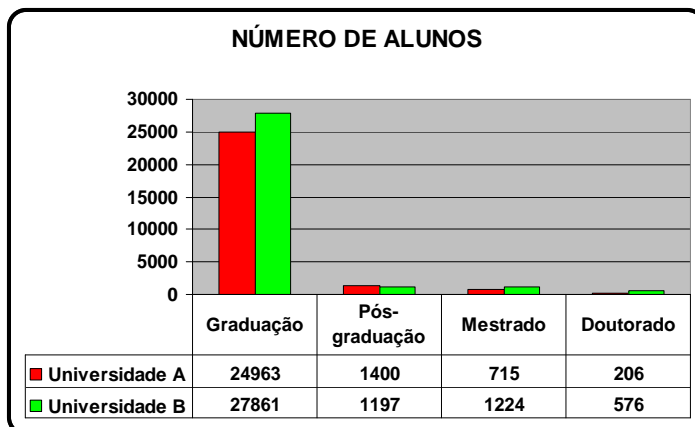


Gráfico 2 : Número de alunos
Fonte : O autor

Os alunos da graduação representam a grande maioria, tanto na Universidade “A” (91,49 %), quanto na Universidade “B” (90,29 %). Merece atenção o fato de que a Universidade “A”,

apesar de possuir um menor número total de alunos, possui mais alunos nos cursos de Pós-graduação do que a Universidade “B”, embora a mesma ofereça maior número de cursos.

4.2.3 Participação de Cada Fonte de Recursos nos Últimos Cinco Anos nas Atividades Gerais da Universidade (em percentual).

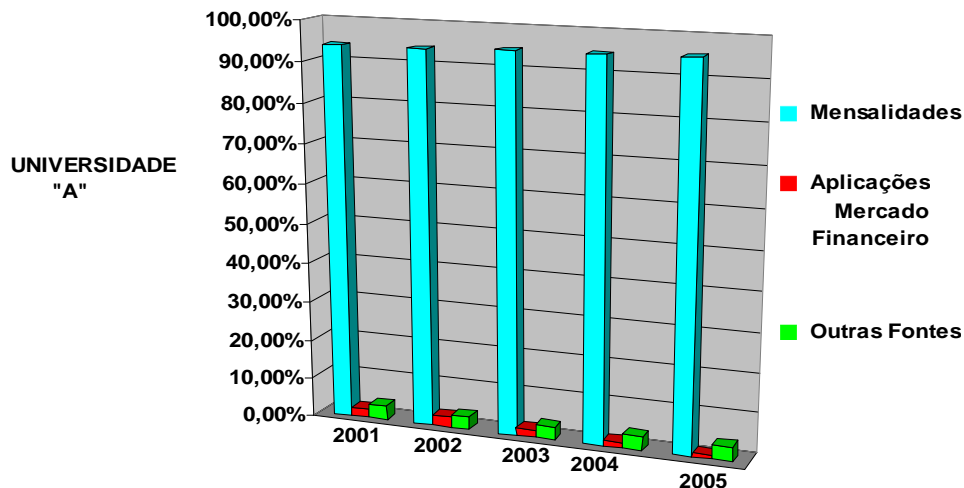


Gráfico 3 : Fontes de Recursos da Universidade “A”
Fonte : O autor

Percebe-se que a Universidade “A”, possui uma dependência muito grande das mensalidades escolar para a sua sustentabilidade. O índice de 94,09 % em 2001, passou para 95,39 em 2005 mostrando uma tendência de crescimento cada vez maior da participação das mensalidades. Este percentual é compatível com a média nacional divulgada pelo Censo do Ensino Superior de 2004 que está em 92,55 %.

Por outro lado, observa-se que as aplicações no mercado financeiro sofreram um decréscimo, passando de 2,23 % em 2001 para 0,99 % em 2005, e que as outras fontes mantiveram-se em um percentual médio de 3,47 %.

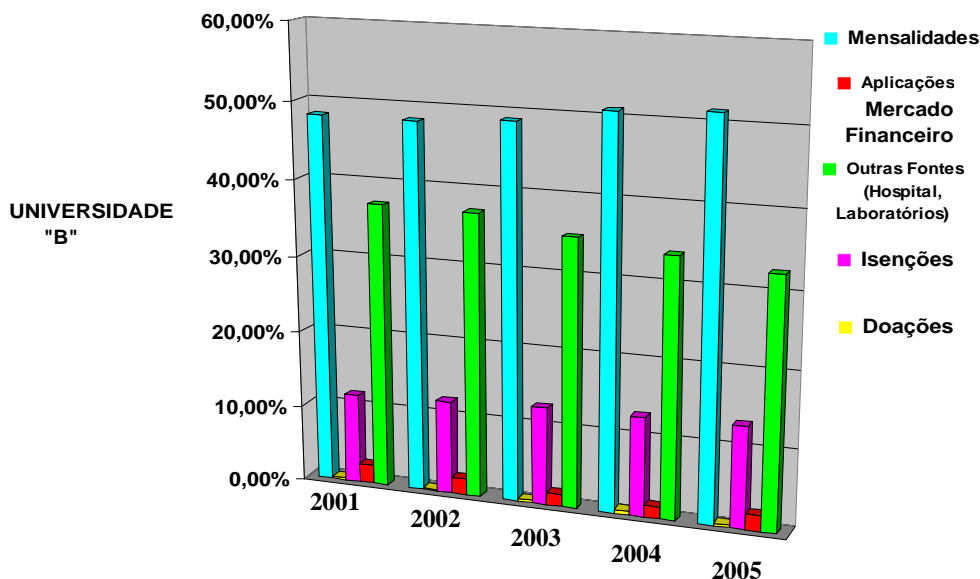


Gráfico 4 : Fontes de Recursos da Universidade “B”

Fonte : O autor

A Universidade “B” apresenta como diferença principal em relação a Universidade “A” a manutenção de Hospital Universitário, que incorpora suas receitas no Balanço da Instituição. Estas receitas atingem um percentual médio de 35,23 %, no entanto nota-se uma tendência decrescente, passando de 37,3 % em 2001 para 32,65% em 2005.

Por outro lado as receitas provenientes das mensalidades que representavam 48,28 % em 2001, passaram a representar 51,56 % em 2005, demonstrando, a exemplo da Universidade “A” uma tendência crescente.

As isenções atingiram um percentual médio de 12, 65, indicando uma importante fonte de recursos para a instituição.

As doações mantiveram-se num percentual médio de 0,33 % e as aplicações no mercado financeiro giraram em torno de 1,98 %.

4.2.4 Programas de Crédito Educativo Mantidos

	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
FIES	SIM	SIM
PROUNI	SIM	SIM
Outros (especificar)	Bolsa Própria	Bolsa Própria

Figura 1: Programas de Crédito Educativo Mantidos pelas Universidades

Fonte : O autor

Além de participar dos programas de crédito educativo mantidos pelo governo federal, como o FIES e o PROUNI, as Universidades mantém programas próprios de bolsa de estudo, evidenciando uma preocupação em possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela maior de alunos de baixa renda.

4.2.5 Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo

	UNIVERSIDADE “A”	UNIVERSIDADE “B”
FIES	1 %	2,9 %
PROUNI	2 %	3,5 %
Outros (especificar)	7 %	14,4 %
Bolsas Próprias		

Figura 2 : Percentual de Alunos Atendidos com Crédito Educativo

Fonte : O autor

Observa-se que o percentual de alunos atendido com bolsa própria é muito superior aos percentuais dos alunos atendidos com programas mantidos pelo governo federal.

Neste aspecto parece estar evidente, por parte das Universidades pesquisadas, a busca de alternativas que visem possibilitar o acesso ao ensino superior a uma parcela cada vez maior de alunos.

4.2.6 Índice de Inadimplência nos Últimos Cinco Anos

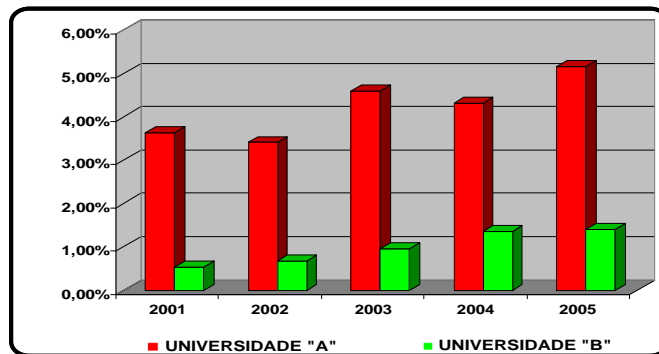


Gráfico 3 : Índice de Inadimplência das Universidades

Fonte : O autor

Os índices da Universidade “A” são superiores aos da Universidade “B”, e observa-se uma tendência crescente em ambas, passando de 3,63 % em 2001 para 5,16 % em 2005 na Universidade “A” e de 0,54 % em 2001 para 1,40 % em 2005 na Universidade “B”.

4.2.7 Índice de Reajuste Aplicado às Mensalidades nos Últimos Cinco Anos

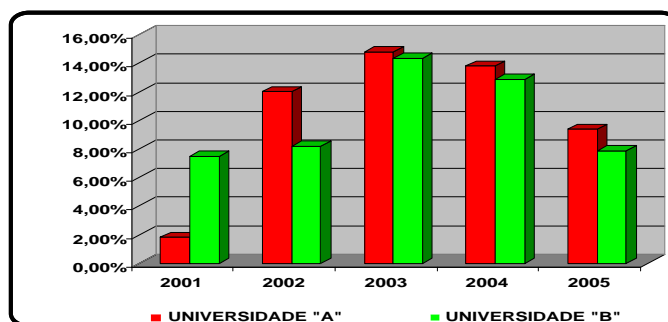


Gráfico 4 : Índice de Reajuste Aplicado às Mensalidades

Fonte : O autor

Observa-se, que embora os reajustes não tenham sido aplicados de forma uniforme, ao longo do tempo os mesmos guardam uma similaridade. O índice acumulado na Universidade “A” é de 62,94 % nos cinco anos analisados, e na Universidade “B” este índice atingiu 61,91 %. Neste período a variação acumulada do Índice de Preços ao Consumidor – IPC, calculado pela USP/FIPE, foi de 41,88 % .

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse por conhecer e estudar as fontes de financiamento das Universidades confessionais do estado do Rio Grande do Sul foi o ponto inicial para definição do assunto e tema da presente pesquisa.

Com relação ao processo de planejamento orçamentário das instituições, pode-se constatar que as universidades pesquisadas utilizam instrumentos de planejamento para direcionar o orçamento, elaborando as principais peças orçamentárias, tais como o Balanço Patrimonial projetado, a DRE projetada e Orçamento de Caixa projetado.

O Planejamento estratégico foi apontado como o principal instrumento de que direciona o orçamento, e juntamente com o mesmo, uma das instituições utiliza-se dos planejamentos de investimentos, do planejamento de capacitação e do planejamento de novos cursos, ao passo que a outra universidade apóia-se no planejamento estratégico global projetado para o ano de 2010.

Neste aspecto, pode-se concluir que as Universidades adotam as práticas recomendadas pelos principais autores referenciados no capítulo 2, notadamente os ensinamentos de Gitman (2002) e Lunkes (2003).

No tocante as fontes de recursos financeiros utilizados pelas Instituições de Ensino Superior Privadas de caráter confessional do Rio Grande do Sul, para a sustentabilidade de suas atividades, foi possível identificar que as Universidades pesquisadas utilizam-se das fontes tradicionais de financiamento, sendo que a principal e mais importante fonte é proveniente das mensalidades pagas pelos alunos, e percebe-se que há uma dependência cada vez maior destas receitas.

A propósito ressalte-se a necessidade de prestar atenção ao encarecimento do ensino superior, constatado no aumento das mensalidades em índices superiores aos índices de inflação, bem como no aumento crescente dos níveis de inadimplência.

Este aspecto, aliado aos crescentes índices de ociosidade das vagas oferecidas pelas IES particulares, conforme mostrado pelo Censo (2004), parece mostrar que a sociedade brasileira vai caminhando para um ensino superior cada vez mais elitizado, e vai ao encontro das opiniões de Reinert (2004), que afirma que o atual sistema educacional brasileiro acaba privilegiando os filhos das classes mais abastadas, que ao freqüentar no primeiro e segundo grau escolas particulares de qualidade superior as escolas públicas, acabam conquistando as vagas nos principais cursos das Universidades Públicas, gratuitas (pagas pela sociedade). Os filhos das classes menos favorecidas, ao concluir o segundo grau, ou param de estudar, porque precisam trabalhar, ou prosseguem seus estudos nas IES privadas (pagas pelos alunos e não pela sociedade) aprofundando as diferenças sociais.

Na Universidade “B”, nota-se uma utilização maior das isenções como fonte de recursos financeiros atingindo um percentual médio de 12,65 % nos anos pesquisados, bem como a manutenção de um Hospital Universitário caracteriza-se por representar uma importante fonte de recursos para a instituição.

Embora as Universidades informem julgar necessária a adoção de mecanismos alternativos para captação de recursos, a rigor, não foi possível identificar nenhuma fonte alternativa de recursos que mereça destaque, uma vez que e os percentuais classificados como outras fontes são inferiores a 4 %.

Comparando-se as práticas de financiamento utilizadas, pode-se concluir que, basicamente as Universidades utilizam as mesmas práticas, restringindo-se as fontes tradicionais de financiamento. A principal diferença observada é a manutenção de um Complexo Hospitalar pela Universidade “B”, que ao incorporar suas receitas no balanço da instituição acaba contando com uma fonte de recursos que a Universidade “A” não conta.

As parcerias com o segmento empresarial, apontadas como caminho a ser seguido, no presente trabalho não foi possível visualizar o seu resultado prático. Neste sentido cabe uma melhor reflexão do assunto, não só por parte das IES, mas principalmente pelos governos e pela sociedade, para que esta parceria se torne eficaz e se traduza, não apenas em retorno financeiro, que permita melhorar as instalações, comprar novos equipamentos e manter seus laboratórios, mas, sobretudo, pelo retorno no aprendizado resultante do envolvimento do professor e dos alunos com a sociedade em geral.

Ao concluir o presente trabalho, fica para o pesquisador a impressão de que a questão do financiamento continuará sendo um problema de difícil solução. Que existem outras questões a serem revistas na educação superior não há dúvidas. Entretanto, financiamento é vital, e as instituições de ensino superior, independentemente de sua categoria, precisam de investimentos públicos e privados para a sua permanência no mercado.

Investir em educação, portanto, é apostar num futuro mais promissor para os milhares de jovens brasileiros egressos do ensino básico e para toda a Sociedade que se beneficiará dos conhecimentos científicos e tecnológicos, criados e sistematizados na universidade.

REFERÊNCIAS

AMARAL, J. J., **Fatores de desequilíbrio financeiro nas instituições de Ensino Superior: Uma análise das universidades comunitárias do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em administração), Universidade Federal de Santa Catarina-Florianópolis, 1999.

BRASIL, **Constituição Federal, 1988**, Brasília, Senado Federal, 2000.

BRUNEFORTH, M.; MOTIVANS, A. e ZHANG, Y., **Investing in the Future: Financing the Expansion of Educational Opportunity in Latin America and the Caribbean**, UNESCO, Institute for Statistics, Montreal, Canadá, 2004. Disponível em www.unesco.org. Acesso em 13.09.2004.

COSTA, A. M., MELO, P.A e CERICATO, D. **O empreendedorismo corporativo como estratégia de gestão em organizações contemporâneas.** Encontro Nacional de Engenharia de Produção, XI International Conference on Industrial Engineering and Operations Management. Anais XXV ENEGEP Porto Alegre, ABEPRO (2005).

COLOSSI, N., **La Universidad em el Contexto de las Transformaciones Globales:** In Revista: A Gestão Universitária em Ambiente de Mudanças na América do Sul, Blumenau, Nova Letra, 2002.

GIL, A. C., **Como elaborar projetos de pesquisa**, São Paulo, Atlas, 1996.

GITMAN, L. J., **Princípios de Administração Financeira.** São Paulo, Harbra, 2002.

GOLDENBERG, M . **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro, Record, 2000.

IUDÍCIBUS, S. et al , **Contabilidade Introdutória**, São Paulo, Atlas, 1985.

LEI NR. 9394, de 20.12.1996, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.**

LOBO, R. L., **O Financiamento do Ensino Superior Privado.** Disponível em www.loboeassociados.com.br. Acesso em 29.09.2004.

LÜCK, H. , **Gestão Educacional: estratégia para a ação global e coletiva no ensino.** In: Educação: Caminhos e perspectivas, Curitiba, Champagnat, 1996.

LUNKES, R.J. **Manual de Orçamento**, São Paulo, Atlas, 2003.

LUZ, R.J.P.da, MELO,P.A. e ANGELO, G.V. **Educação Superior na América Latina: a convergência necessária.** Revista de Ciências da Administração v.7 n.13, Florianópolis, janeiro/julho, 2005.

MELO, P. A. **A Cooperação Universidade/Empresa nas universidades públicas brasileiras**, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2002.

MORAES, M. C. B., **Aspectos Essenciais à Consolidação de um modelo de gestão para Instituições de Ensino Superior de administração privadas, em ambientes competitivos:**

Um estudo qualitativo em Instituições do Rio e São Paulo, Tese (Doutorado em Engenharia da Produção) Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

REINERT, J.N. **A Influência da Universidade Européia no Modelo Universitário Brasileiro**. In: LANER, A. S. e CRUZ JUNIOR, J.B.(org.) Repensando as Organizações: Da Formação à participação. Florianópolis, Fundação Boiteux, 2004.

RISTOFF, D. I. **Universidade em foco: reflexões sobre a educação superior**. Florianópolis: Insular, 1999.

ROCHA, L.O. **Organização e Métodos: uma abordagem prática**, São Paulo, Atlas, 1985

ROSSATO, R., **Universidade: nove séculos de história**, Ediapf, Passo Fundo, 1998.

SABBAG, Z., **Captação de recursos**, Revista Ensino Superior, Setembro, 2002.

SAURIN, V. **Administração Financeira das Instituições de Ensino Superior Comunitárias de Santa Catarina**, Anais IV Colóquio Internacional de Gestão Universitária na América do Sul, Florianópolis, 2004.

SCHWARTMANN, J., **Financiamento do Ensino Superior Particular**, Revista Estudos nr. 27, ABMES, Brasília, 2004. Disponível em www.abmes.org.br. Acesso em 13.09.04.

SILVEIRA, L.A., **Relação Universidade-Empresa: Fatores Propulsores e restritivos no processo de transferência de tecnologia nas empresas catarinenses**- Tese de Doutorado - Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

STANFORD UNIVERSITY, **Annual report 2004**. Disponível em www.stanford.edu. Acesso em 03.04.2006

TACHIZAWA, T., CRUZ JUNIOR, J.B. e ROCHA, J.A.O., **Gestão de negócios: visões e dimensões empresariais da organização** . São Paulo, Atlas, 2003.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo, Atlas, 1994.

VAHL, T. R., **O Financiamento do Ensino Superior no Brasil**, Trabalho apresentado para o concurso de professor titular do Departamento de Ciências da Administração – área de conhecimento: Administração do ensino Superior – do Centro Sócio Econômico da Universidade Federal de Santa Catarina, Outubro de 1980.

----- **Alternativas de financiamento para o ensino superior**. (Série Textos 93.05) Florianópolis: NUPEAU, 1992.

VERGARA, S.M. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo, Atlas, 1998.

ZILIO, A.C.S. **Financiamento em Instituições de Ensino Superior Públicas Municipais e Comunitárias de Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004.